

A IMPORTAÇÃO DE ÂNFORAS DE PREPARADOS PISCÍCOLAS EM OLISIPO (SÉCULOS II-I A.C.).

J. PIMENTA
IPPAR

1.- Introdução.

O papel do rio Tejo como importante via de comunicação para o interior do território, levou a que desde cedo, o porto de *Olisipo* se afirmasse como um dos mais importantes portos de toda a fachada atlântica, ponto de contacto entre dois mundos, o Mediterrânico e o Atlântico.

O estudo das ocupações antigas de Lisboa depara-se com um conjunto de problemáticas muito específicas que importa ter presentes num estudo desta natureza. O facto de estarmos a lidar com uma cidade viva com uma longa diacronia de ocupação e com uma larga tradição histórica de actividade sísmica, limita em parte a nossa percepção, visto o constante renovar e reinventar do tecido urbano causar lacunas e hiatos na estratigrafia que nem sempre são fáceis de explicar.

Ainda que recentes intervenções permitam supor que a ocupação humana possa remontar à Idade do Bronze, os dados disponíveis permitem sublinhar que é durante a Idade do Ferro que o sítio é extensamente ocupado.

Esta primeira fase de ocupação do morro e colina do Castelo (séculos VIII-V a.C.) apresenta evidentes contactos com o mundo fenício ocidental, bem patentes no seu espólio cerâmico onde se destaca os recipientes cobertos com engobe vermelho, os *pythoi* decorados com bandas, as ânforas, as urnas de tipo Cruz del Negro e as cerâmicas cinzentas finas (Arruda, 2002).

No que diz respeito à área ocupada os dados de que dispomos e a dispersão das intervenções já realizadas deixam antever uma superfície de grandes dimensões, que já levou a que fosse sugerido que em termos de área ocupada *Olisipo* corresponde ao maior povoado orientalizador do território Português (Arruda, 2002, 129).

Apesar dos dados serem mais numerosos para esta primeira fase, a ocupação da segunda metade do primeiro milénio a.C. encontra-se bem evidenciada. A continuidade de importação de produtos alimentares em ânforas de clara proveniência meridional a par da presença de cerâmicas gregas de verniz negro e figuras vermelhas, permitem salientar o papel do povoado da foz do Tejo ao longo deste período (Pimenta, Calado e Leitão, 2005).

Os primeiros contactos com o mundo Itálico parecem ter ocorrido na segunda metade do século II a.C. no âmbito do processo de conquista e consolidação do poder de Roma no extremo ocidente peninsular. Através de Estrabão (III, 3.1),

Actas del Congreso Internacional CETARIAE. *Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*, Universidad de Cádiz, Noviembre de 2005, B.A.R. int. ser. Xxxx, Oxford 2006, 221-233

sabemos que *Olisipo* foi fortificada em 138 a.C. , pelo novo governador da província romana da Ulterior, o procônsul Décimo Júnio Bruto.

Este general, utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha militar ao noroeste peninsular, tendo usado a cidade de *Móron*, como base de operações e *Olisipo*, junto à foz como cidade de retaguarda, desempenhando o papel de domínio da entrada do rio, mantendo livre a navegação e assegurando o abastecimento aos exércitos em campanha.

Os resultados das recentes intervenções realizadas na colina do Castelo permitem sublinhar a importância da sua dinâmica económica durante esta fase, e do seu profundo impacto no desenvolvimento subsequente do núcleo urbano (Pimenta, 2005).

Os dados das fontes clássicas voltam a ser escassos para o papel do vale do Tejo durante este período, sendo importante reter a passagem de C. Julio César, como pretor da província da Ulterior (61-60 a.C.). Ainda que não exista qualquer referência ao papel de *Olisipo* nesta campanha, a referência à utilização de meios navais e a opção de *Scallabis* como base de operações, denominada *Praesidium Iulium*, levam-nos a salientar o impacto que esta expedição deverá ter tido no centro portuário da foz do Tejo.

Segundo Plínio-o-Velho (Plin. 4, 117) sabemos que *Olisipo* terá recebido o estatuto de município romano (*municipium Civium Romanorum*) e com ele o *cognomentum Felicitas Iulia*, possivelmente entre 31 e 27 a.C. (Faria, 1999, 37).

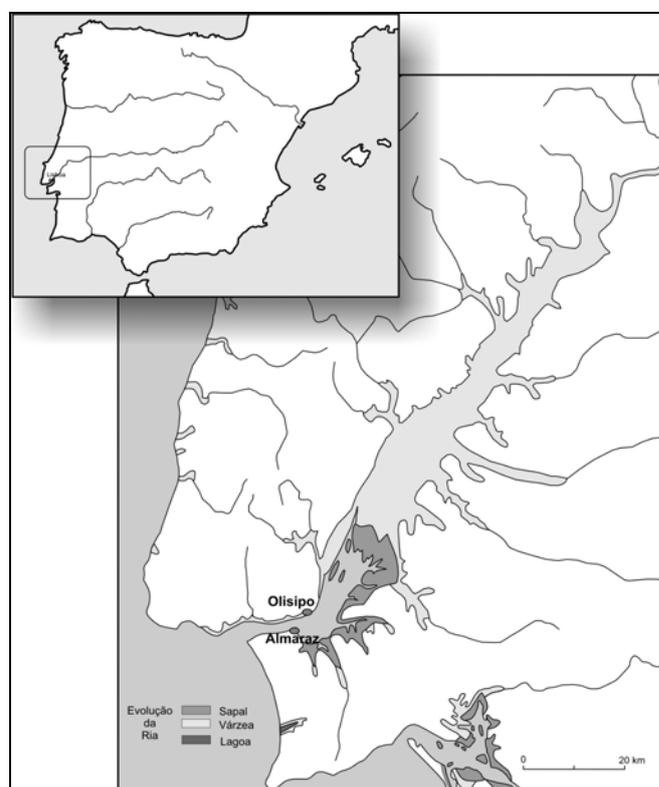


Figura 1.– Localização de Lisboa na península Ibérica e vale do Tejo.

Da cidade de época alto imperial restam abundantes vestígios epigráficos (Silva, 1944), arquitectónicos (Mantas, 1990; Silva, 1999), assim como espólios arqueológicos muito diversificados comprovativos do seu dinamismo económico e da importância da sua vida municipal.

O desenvolvimento das intervenções na parte baixa da cidade têm vindo a multiplicar as descobertas de unidades industriais de conservas de peixe, consolidando a ideia do papel preponderante que a foz do Tejo, assume a partir de meados do século I d.C. nesta actividade económica (Bugalhão, 2001).

2.- Contextos – enquadramento das intervenções.

2.1.- A “acrópole”.

As pesquisas que desde meados de 1996 têm vindo a ser efectuadas na antiga alcáçova de Lisboa, tem permitido comprovar a importância do morro do castelo na génese do primitivo aglomerado pré-romano e do seu subsequente desenvolvimento ao longo de cerca de três mil anos (Gomes *et alli*, 2003). Esta longa diacronia de ocupação que se materializa em grandes e complexas potências estratigráficas permite aferir uma série de leituras da evolução do povoado da colina do Castelo, sendo de particular interesse para o presente trabalho os dados relativos à época romana republicana.

Em todas as leituras estratigráficas efectuadas em diversas zonas do Castelo, foi possível definir de uma forma clara unidades estratigráficas documentando os primeiros momentos de contacto com o mundo Itálico. O estudo desses contextos, permitiu definir uma única fase de ocupação para esta época, centrada no terceiro quarto do século II a.C. (150-125 a.C.). Mais precisamente entre 140-130 a.C., tendo em conta a homogeneidade das diversas importações identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares em estações com cronologias bem definidas (Pimenta, 2005).

Sintetizando os dados dos diversos contextos que já tivemos oportunidade de apresentar detalhadamente, importa determo-nos nas características gerais das importações que definem esta fase e que permitem individualizá-la: o predomínio da cerâmica campaniense A sobre as restantes cerâmicas de verniz negro, a presença de *kalathoi* “ibéricos”, a associação entre ânforas greco-italicas tardias e as primeiras Dressel 1, ânforas de Brindisi, ânforas do Tipo 9.1.1.1., Tipo 4.2.2.5., Subgrupo 12. 1.1.0. e T. 7.4.3.3. de Ramon Torres (1995), imitações hispânicas dos modelos Greco-italicos e ânforas oleícolas tripolitanas antigas.

Os dados relativos a esta fase da vida do povoado ganham outra relevância se tivermos em conta, a ausência de níveis republicanos posteriores aos finais do século II a.C. em todas as leituras estratigráficas efectuadas na antiga alcáçova medieval. Apenas numa intervenção na área mais alta do morro do Castelo, foi possível identificar, embora em níveis de aterro posteriores, uma série de materiais que permitem

alicerçar uma continuidade pelo menos em algumas áreas da alcáçova até meados do século I a.C.

Essa leitura associada à inexistência de níveis de época romana Imperial à excepção de os alicerces de um grande edifício público que tivemos oportunidade de descobrir recentemente (Gaspar *et alli*, 2004), levou-nos a propor a existência de uma alteração do eixo urbano da cidade em meados do século I a.C. Tendo o planalto do Castelo perdido a sua função urbana já secular em deprimimento da encosta da sua colina e do vale da Baixa, onde se desenvolve o *Municipium Civium Romanorum de Felicitas Iulia Olisipo* (Pimenta, 2005).



Figura 2.- Planta do centro histórico de Lisboa com a localização das intervenções mencionadas no texto: 1- Castelo de São Jorge; 2- FRESS; 3- Teatro Romano; 4- Claustro da Sé; 5- Casa dos Bicos; 6- Sommer; 7- São João da Praça.

2.2.- A colina.

Apesar de as intervenções se terem multiplicado nos últimos anos no centro histórico da cidade os dados relativos à época romana republicana são escassos. A instalação nesta área das grandes termas da cidade romana, do Teatro, do Fórum e do grande esforço construtivo para a instalação de um urbanismo que domasse a encosta, tiveram um profundo impacto nos níveis precedentes.

Importa ter presente este preâmbulo visto a maioria dos dados de que dispomos para este período na colina resultarem de materiais exumados em contexto de deposição secundária. A sua revisão e estudo detalhado ainda está por fazer, no entanto, uma primeira leitura que pude desenvolver do volumoso espólio de duas das mais importantes

escavações aí realizadas permite avançar com algumas hipóteses de trabalho.

No Teatro Romano de Lisboa os resultados das escavações antigas permitiram recolher um conjunto de ânforas de época romana republicana (Diogo e Trindade, 1999 e Diogo, 2000) a que se vêm aduzir os numerosos exemplares da intervenção em curso¹. Embora os elementos que começam a ser disponíveis para esta área comecem a ser assaz relevantes, e representativos das importações da cidade durante o século II/I a.C. esses materiais resultam de depósitos e aterros de cronologia posterior à construção do Teatro. Saliente-se, visto o âmbito do presente trabalho, a presença de abundantes ânforas de preparados de peixe de proveniência sul peninsular.

As escavações que desde o início dos anos noventa vêm sendo desenvolvidas no claustro da Sé Catedral de Lisboa (Amaro, 1993; Matos, 1994), permitiram a par de importantes vestígios do urbanismo da cidade romana, exumar quantidades significativas de campanienses e ânforas de época romana republicana². No entanto, na sua maioria esses materiais foram exumados num aterro de época medieval para a construção do Claustro da Catedral no século XIV, não permitindo esclarecer o seu real significado.

Durante o verão de 2004, foi possível realizar uma sondagem com o quadro de indagações prévio de resolver questões ligadas à datação do urbanismo romano. Essa leitura permitiu identificar uma ampla estratigrafia de época romana republicana desde finais do século II a.C. até aos inícios do século I d.C. Não sendo aqui o nosso objectivo de apresentar extensamente esses resultados e as suas implicações na dinâmica urbana da cidade, importa explicitar, ter-se pela primeira vez identificado contextos e estruturas do século I a.C. , comprovando a importância da ocupação da colina nesta fase. Voltaremos mais à frente a referir-nos a esta estratigrafia e às suas associações de materiais importados.

2.3. - A área portuária.

Optei propositadamente por distinguir os dados resultantes das intervenções na área junto ao rio, visto a sua implantação estratégica e o cariz industrial e portuário que desde cedo pauto esta espaço. A primeira escavação aí realizada data já dos anos oitenta do século passado (Amaro, 1982 e 2002), no edifício renascentista da Casa dos Bicos. As leituras aí aferidas, permitiram identificar sob os níveis de implantação de uma unidade de transformação de preparados piscícolas de época romana imperial, uma série de unidades estratigráficas de época romana republicana³, que deixam antever a real dimensão da área ocupada neste período.

¹ Dirigida pela Dr. Lúcia Fernandes, a quem agradecemos a disponibilidade e o incentivo para observar o espólio da sua escavação.

² Agradeço à Dr. Alexandra Gaspar, directora do projecto da Sé de Lisboa, a disponibilidade demonstrada no acesso aos materiais e a toda a documentação relativa às recentes escavações.

³ Agradeço ao Dr. Clementino Amaro a oportunidade de observar os materiais antigos da Casa dos Bicos.

Recentemente foi realizada uma importante escavação (ainda não concluída) mais a este, no edifício dos antigos armazéns Sommer. Esta intervenção permitiu identificar um conjunto de estruturas de época romana de crucial importância para a compreensão da área ribeirinha. Para o período que nos ocupamos foi identificado um contexto preservado de meados do século II a.C. associado a dois muros e um pavimento de argila vermelha, a que não é possível atribuir uma funcionalidade clara, visto a exiguidade da área intervencionada⁴.

Por último a intervenção de emergência na Rua de São João da Praça, na área da antiga porta da muralha medieval, permitiu apesar de todos os condicionamentos inerentes a uma intervenção de emergência, escavar níveis preservados de época pré-romana, tendo-se identificado uma estratigrafia contínua desde meados do século III a. C. até época tardo-republicana (Pimenta, Calado e Leitão, 2005).

Estação	T-9.1.1.1.	SG-7.4.3.0.	Imitações itálicas	Classe 67	Total
Castelo de S. Jorge	15	121	14	6	156
Teatro Romano		18			18
FRESS	1	3	1		5
Claustro da Sé	2	49		7	58
Casa dos Bicos		2	1		3
SOMMER	1	10			11
P.M. Angêja		1			1
R. S. João da Praça	1	1			2
	20	205	16	13	252

Quadro 1.- Ânforas de preparados de peixe em Lisboa.

3.- Produção de preparados de peixe em época pré-romana?

A existência de uma importante e activa indústria de conserva de preparados de peixe em época romana imperial encontra-se bem documentada na foz do Tejo em ambas as margens (Bugalhão, 2001). Se os dados disponíveis sobre o início da sua actividade, não nos permite de momento supor uma maior antiguidade dessa tradição, comprova que as condições propícias para esse pressuposto fabrico existiam e que poderiam ter sido aproveitadas.

As escavações em Lisboa junto ao rio, tem permitido registar sob os níveis de ocupação alto-imperiais, contextos pré-romanos, que tem vindo a ser relacionados com actividades portuárias possivelmente de cariz industrial (Bugalhão, 2001 e Pimenta, Calado e Leitão, 2005). Recentemente o Professor Lázaro Lagóstena Barrios, (2001), propôs face aos dados das escavações do núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros que "(...) la presencia de un taller anfórico en este espacio y la constatación de niveles prerromanos bajo la factoría de Rua Augusta pueden sugerir la existencia de actividades conserveras en estos momentos (...) "(Lagóstena Barrios, 2001, 206). Embora esta hipótese seja plausível, os dados conhecidos da Rua dos Correeiros não autorizam, pelo

⁴ Trabalhos dirigidos pela Dr. Ana Gomes a quem agradeço todo o apoio prestado.

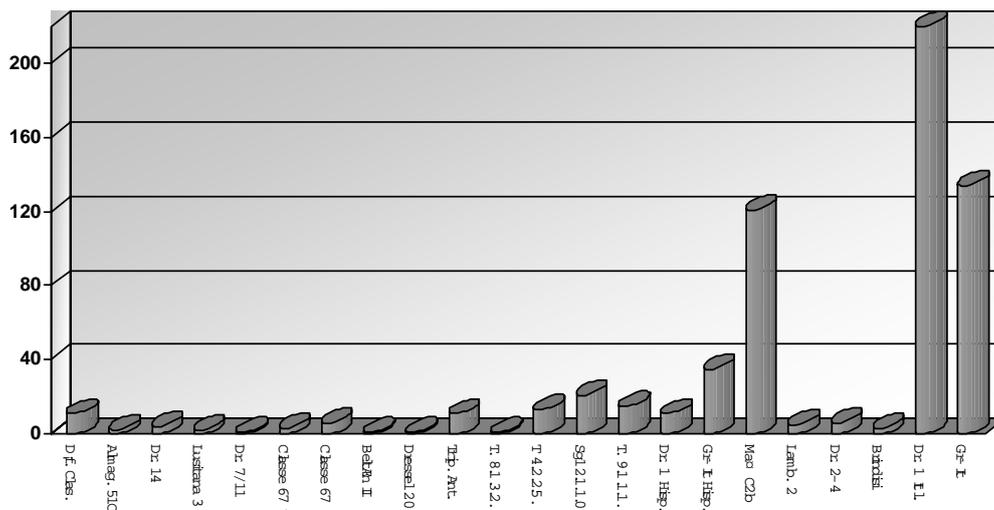


Gráfico 1.– Resultados da análise da totalidade das ânforas identificadas no Castelo de São Jorge.

menos de momento, uma leitura linear da utilização das estruturas e dos compartimentos identificados.

O estudo dos contextos das intervenções arqueológicas no Castelo de São Jorge e da Rua de São João da Praça, permitem introduzir novos dados empíricos a esta discussão. A análise do ritmo de comercialização de bens alimentares em ânforas, permitiu identificar um conjunto significativo de contentores do Subgrupo 12. 1.1.0. e Tipo 4.2.2.5. de Ramón Torres (1995), de possível fabrico local ou regional no vale do Tejo (Pimenta, 2005). A análise dos dados estratigráficos permitem datar o início da sua circulação em meados do século III a.C. perdurando, pelo menos até finais do século II a.C. Poderiam estas ânforas servir para transportar preparados de peixe produzidos no vale do Tejo? De momento face aos elementos disponíveis apenas podemos levantar a hipótese, que só futuros trabalhos poderão corroborar. Sublinhe-se porém, que no vale do Sado também de detectou a produção de ânforas da “família” das ânforas Maña Pascual A4 (Diogo e Faria, 1990).

4.- As ânforas de preparados de peixe no conjunto das importações anfóricas.

Os primeiros elementos de que dispomos sobre a importação de ânforas de preparados de peixe, remontam a meados do século V a.C. quando parecem ter chegado as primeiras ânforas do T-11.2.1.2. No entanto, os dados disponíveis não permitem equacionar qual a sua importância na dinâmica económica do porto de *Olisipo*. Entenda-se, apesar de os típicos contentores da baía Gaditana continuarem a chegar, ainda que de uma forma pouco expressiva, à foz do Tejo em meados do século III a.C., não é ainda perceptível qual o seu real peso no conjunto das importações de produtos alimentares, durante a segunda metade do primeiro milénio.

Os elementos disponíveis aumentam exponencialmente com a chegada dos exércitos romanos ao vale do Tejo na segunda

metade do século II a.C. De facto a amostra com que podemos lidar demonstra claramente o papel decisivo que o porto de *Olisipo*, parece ter assumido durante esta fase, materializando-se em milhares de fragmentos de ânforas deste período presentes um pouco por toda a colina do Castelo.

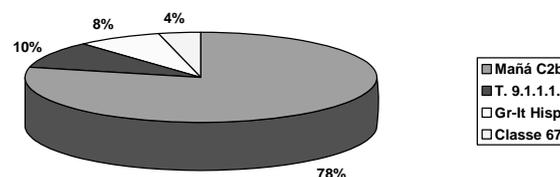


Gráfico 2.– Ânforas de preparados de peixe.

O estudo que tenho vindo a desenvolver acerca das ânforas da antiga alcáçova de Lisboa (Pimenta, 2003, 2005) e os dados que pude observar das intervenções na colina e na área portuária, permitem afirmar que as ânforas de preparados piscícolas assumem um peso importante entre o panorama das importações da cidade de *Olisipo* em época romana republicana, tendo os abastecimentos ocidentais, da área do Estreito de Gibraltar um papel preponderante.

Na antiga alcáçova Islâmica, onde dispomos já de dados quantitativos com algum peso estatístico (Um número mínimo de 671 indivíduos, ver Gráfico 1), as ânforas de preparados piscícolas representam 23 % das importações, sendo apenas ultrapassadas pela importação de vinho itálico, que domina de uma forma esmagadora o conjunto das importações.

A análise dos contextos da antiga *Olisipo*, permitiu identificar, diferentes contentores de produção na área do estreito de Gibraltar, destinados à comercialização dos

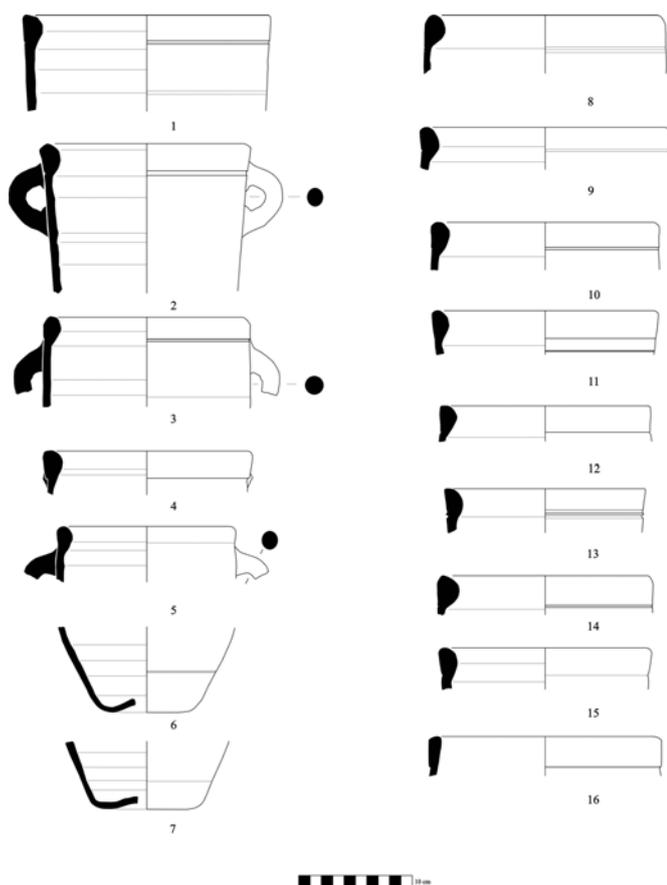


Figura 3.– Ânforas do Tipo 9.1.1.1. do Castelo de São Jorge - n.º 1 a 13, Sé de Lisboa – n.º 14 e 15 e Armazéns Sommer - n.º 16.

diversificados preparados de peixe aí produzidos, atestando o seu ritmo de exportação para a fachada atlântica.

4.1.- O Tipo 9.1.1.1.

Este tipo individualizado pela primeira vez por Sanmartí Grego (1985), no seu estudo acerca dos materiais das escavações de Schulten nos acampamentos Numantinos (CC.NN), encontra-se bem representado na cidade de Lisboa. Estas características ânforas cilíndricas estão presentes no Castelo de São Jorge, na colina: na escavação da Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva, no Claustro da Sé e na área portuária na Rua de São João da Praça e nos Armazéns Sommer (Figura 2).

Embora ainda não disponhamos de dados estatísticos fiáveis para a totalidade das ânforas da cidade, no Castelo estes contentores correspondem a 10% das importações de preparados piscícolas em época romana republicana.

Apesar de a sua produção ter início ainda em meados do século III a.C. (Ramon Torres, 1995), trata-se de ânforas típicas da segunda metade do século II a.C. Encontrando-se bem atestadas nos acampamentos republicanos de circunvalação a Numancia datados de 134-133 a.C. (Sanmartí Grego, 1985), nos níveis de fundação de Valencia (138 a.C.) (Ribera i Lacomba, 1998) e no naufrágio da Ilha Pedrosa com uma datação de 150-140 a.C. (Guerrero Ayuso e Roldán Bernal, 1992), não parecendo ultrapassar os inícios do século I a.C. (Carretero Poblete, 2004).

Em Lisboa o início da sua importação encontra-se bem atestado no Castelo, onde surgem em estratigrafia a par das

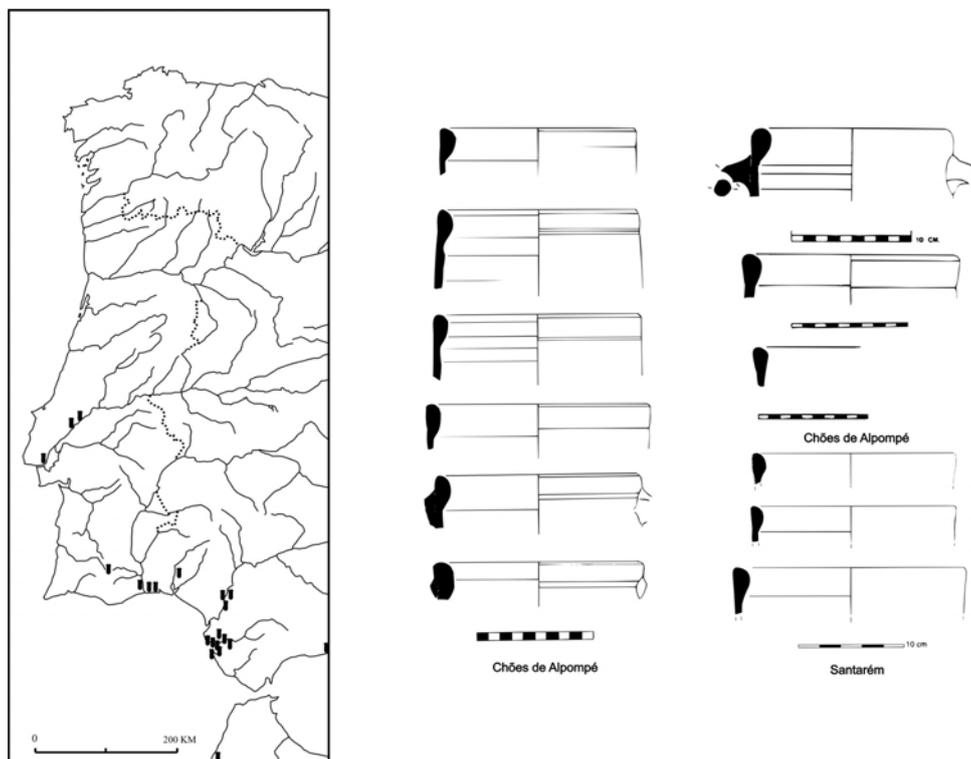


Figura 4.– Ânforas do Tipo 9.1.1.1. de Chões de Alpompé (Diogo, 1982, 1993; Diogo e Trindade, 1993-94) e Santarém (Arruda et alii 2005).

primeiras importações itálicas (140-130 a.C.), não se tendo detectado qualquer tradição de importação destes contentores anterior a esta data. Na escavação do Claustro da Sé identificou-se um fragmento num contexto bem datado por importações itálicas, atestando a continuidade da sua importação em inícios do século I a.C.

Em relação ao seu conteúdo, a sua presença nos níveis de abandono da fábrica pré-romana de salga de peixe da Praça de Asdrúbal em Cádiz (García Vargas, 1998), na fábrica de Las Redes Puerto de Santa María (Muñoz Vicente; Frutos Reyes, 2004) e a existência de um conjunto de estampilhas sobre este tipo de ânfora, elucidam-nos acerca da sua utilização enquanto recipientes de transporte de preparados de peixe. García Vargas (1998) tendo por base a análise dos amplos diâmetros da boca destes recipientes cerâmicos, sugere mesmo a sua utilização para transporte de *Salsamenta*.

A análise macroscópica dos exemplares identificados em Lisboa, permitiu definir dois tipos distintos de pastas (Pimenta, 2005), que podem ser incluídos no Grupo Baía de Cádiz de possível produção nos fornos de San Fernando (Carretero Poblete, 2004).

Em Portugal a análise da sua dispersão, evidencia uma concentração no vale do Tejo. Estão presentes na Alcáçova de Santarém (Arruda, 2002), em Chões de Alpompé (Diogo, 1982, 1993; Diogo e Trindade, 1993-94) e em Lisboa. No sul encontram-se atestados em Castro Marim (Arruda, Viegas, Bargão e Pereira, no prelo) e nas Mesas do Castelhinho (Almodôvar)⁵.

A sua presença em sítios de cariz militar, nomeadamente nos acampamentos republicanos de circunvalação a Numância (Sanmartí Grego, 1985), *Carthago Nova* (Molina Vidal, 1997), *Tarraco* (Díaz García, 2000) e nos níveis de fundação de *Valentia* (Ribera i Lacomba, 1998), permitem vislumbrar o papel que os abastecimentos de cariz “institucional” aos exércitos parecem ter no quadro de difusão destes contentores. Face a esses dados, a concentração dos exemplares destas ânforas identificada no extremo Ocidente peninsular, no vale do Tejo, apesar de todos os condicionalismos resultantes do actual estado da investigação, apresenta-se particularmente sugestivo, visto ser precisamente nesta área que as fontes clássicas nos referem movimentações militares durante o século II a.C.

4.2.- SG-7.4.3.0.

As ânforas do SubGrupo-7.4.3.0. de Ramon Torres (1995) são claramente o contentor ocidental melhor representado no conjunto das importações de *Olisipo* nesta fase (205 ânforas NMI), correspondendo a 78% das importações de preparados piscícolas na antiga alcáçova de Lisboa.

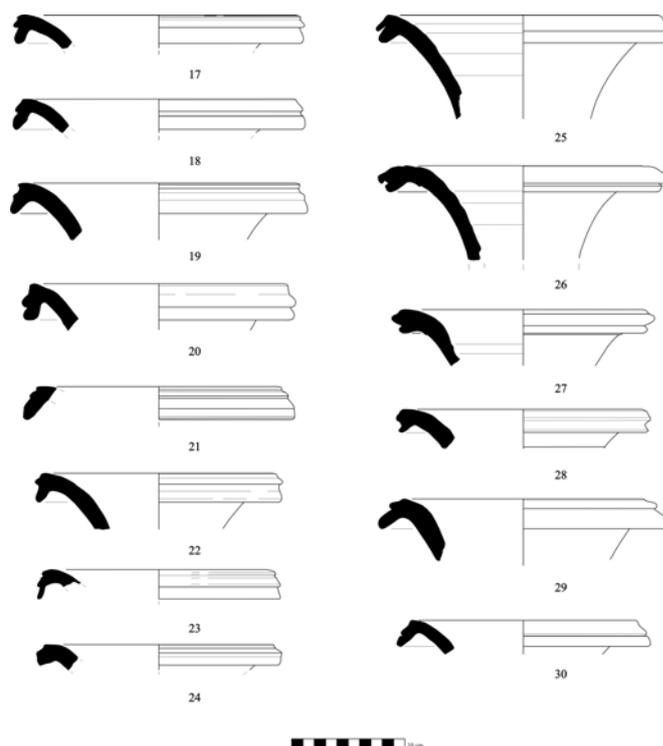


Figura 5.- Ânforas do SG-7.4.3.0. do Castelo de São Jorge

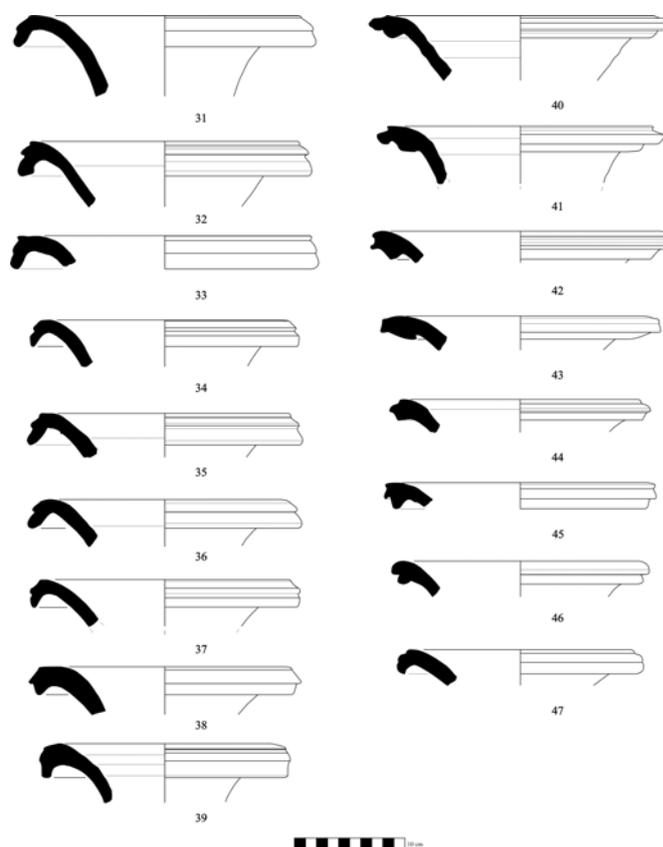


Figura 6.- Ânforas do SG-7.4.3.0. do Castelo de São Jorge

⁵ Informação do Professor Doutor Carlos Fabião.

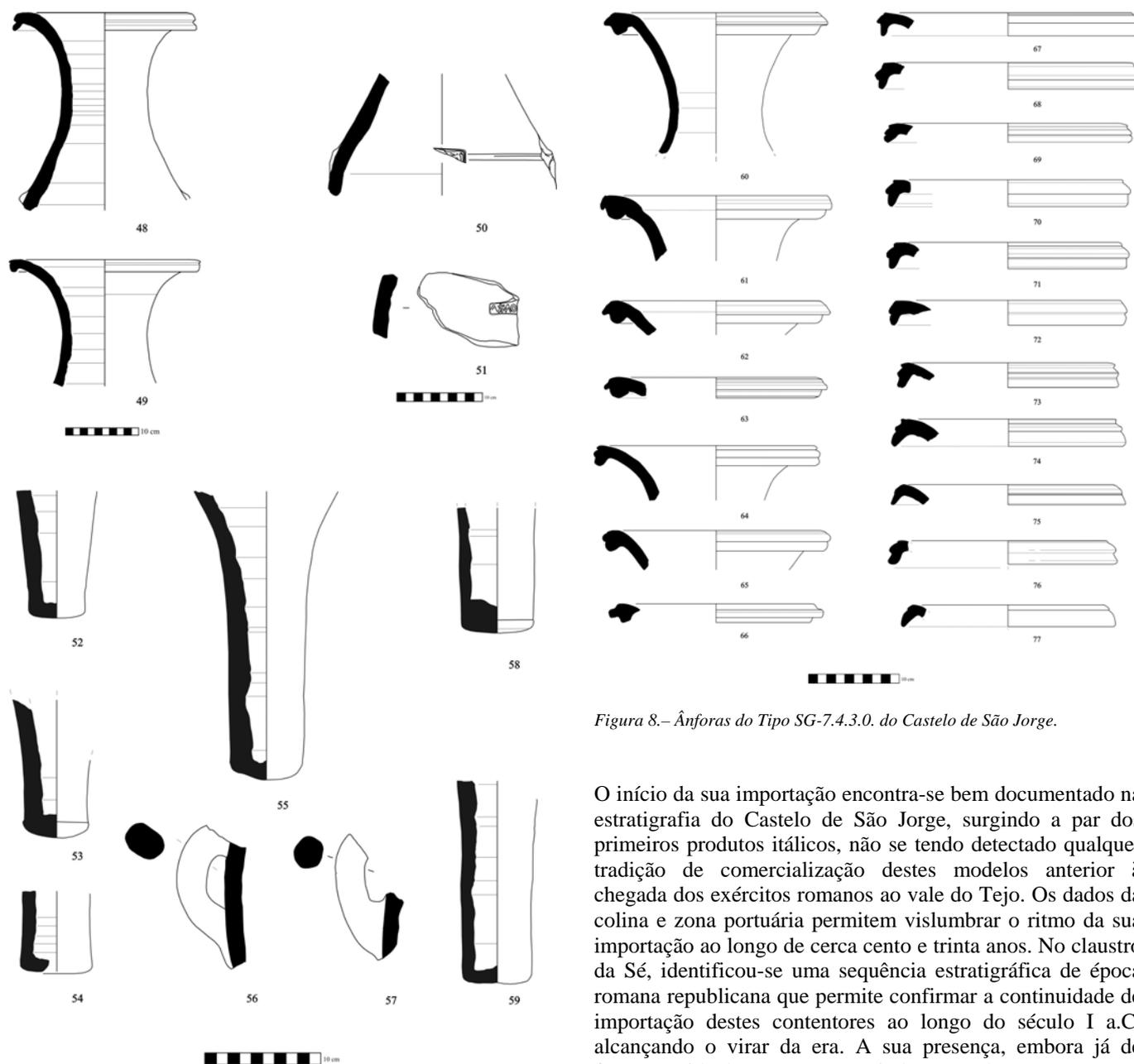


Figura 7.– Ânforas do Tipo SG-7.4.3.0. do Castelo de São Jorge.

Figura 8.– Ânforas do Tipo SG-7.4.3.0. do Castelo de São Jorge.

Estes contentores encontram-se muito bem atestados no Castelo de São Jorge, embora grande parte em contextos de deposição secundária. Na colina pude observar a sua presença no Teatro Romano (Diogo e Trindade, 1999 e Diogo, 2000 e escavações recentes), na escavação do pátio da Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva⁶ e no Claustro da Sé. Na área portuária embora pouco numerosos, detectei exemplares desta forma no espólio da escavação da Casa dos Bicos, nos Armazéns Sommer e no Palácio Marques de Angêja (Figura 2).

⁶ Agradeço à Dr. Ana Gomes e Dr. Maria José Sequeira a disponibilidade demonstrada no acesso aos materiais da intervenção aí realizada sob a sua direcção.

O início da sua importação encontra-se bem documentado na estratigrafia do Castelo de São Jorge, surgindo a par dos primeiros produtos itálicos, não se tendo detectado qualquer tradição de comercialização destes modelos anterior à chegada dos exércitos romanos ao vale do Tejo. Os dados da colina e zona portuária permitem vislumbrar o ritmo da sua importação ao longo de cerca de cento e trinta anos. No claustro da Sé, identificou-se uma sequência estratigráfica de época romana republicana que permite confirmar a continuidade de importação destes contentores ao longo do século I a.C. alcançando o virar da era. A sua presença, embora já de forma residual, encontra-se ainda atestada em contextos augusto-tiberianos no claustro da Sé e nos armazéns Sommer.

A análise macroscópica das pastas das ânforas Mañá C2 da cidade de Lisboa permitiu identificar quatro tipos distintos. A caracterização destes fabricos, permite observar alguns dados interessantes, nomeadamente a coexistência das mesmas pastas nos exemplares nas ânforas Mañá C2b, no Tipo 9.1.1.1. e nas Greco-itálicas “hispanicas”. De facto, o grupo 1 e 2, claramente maioritários surgem em ambas as produções, sendo apenas característico das ânforas Mañá C2b o Grupo 3 e 4. Tal situação não é de estranhar visto os três tipos, surgirem representadas nos fornos de San Fernando - Cádiz (Muñoz Vicente e Frutos Reyes, 2004).

Grupo 1 - Caracteriza-se por uma pasta compacta, arenosa e bem depurada. A cor é amarelo rosado (Mun. 5 YR 7/6). Os elementos não plásticos são pouco abundantes e bem

distribuídos, constituídos essencialmente por pequenos grãos de calcite, pequenos quartzos dispersos alguns dos quais rolados, grãos carbonatados, elementos de cerâmica cozida bem calibrada e vacúolos alongados. As superfícies apresentam-se apenas alisadas evidenciando uma tonalidade que varia entre o amarelado avermelhado (Mun. 10 YR 8/3) e o amarelo claro (Mun. 10 YR 8/4).

Grupo 2 - Caracteriza-se por uma pasta arenosa dura e bem depurada. A cor varia entre o bege (Mun. 2,5 YR 8/4), bege rosado (Mun. 7,5 YR 8/4) e o bege esverdeado (Mun. 5 Y 8/1). Os elementos não plásticos são pouco abundantes de pequena e média dimensão, bem distribuídos e constituídos essencialmente por quartzos rolados, grãos ferruginosos, elementos de argila cozida e grãos carbonatados dispersos. As paredes apresentam a tonalidade da pasta e foram apenas alisadas.

Grupo 3 - Caracteriza-se, por uma pasta compacta, dura e homogénea. A cor é amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 7/6). Os elementos não plásticos são raros, e constituídos por quartzos e elementos carbonatados. As paredes apresentam a tonalidade da pasta e foram apenas alisadas.

Grupo 4 - Caracteriza-se, por uma pasta dura e compacta. A cor é castanha alaranjada (Mun. 2.5 YR 7/6). Os elementos não plásticos são abundantes, constituídos por quartzos de pequena dimensão, calcários feldspatos, nódulos de argila cozida, elementos ferruginosos e raras partículas de argila cozida. As paredes apresentam a tonalidade da pasta e foram apenas alisadas.

O estudo da totalidade das ânforas deste tipo identificados em Lisboa permite-nos sublinhar a sua proveniência ocidental, não se tendo identificado até ao momento nas cerca de duas centenas de ânforas que pude estudar, os seus congéneres produzidos na área de influência de Cartago. A maioria dos exemplares de Lisboa integra-se no tipo 7.4.3.3.de Ramón Torres (1995), que é aliás também o tipo melhor documentado em todos os outros centros de consumo do território actual português.

Na antiga alcáçova Islâmica de Lisboa, pude exumar dois fragmentos de ânforas Mañá C2b, infelizmente em níveis de deposição secundários de cronologia medieval, evidenciando marcas de produtor (figura 7, n.º 50-51). A análise macroscópica das pastas permite atribuí-las ao Grupo 1 de possível fabrico na área do Estreito de Gibraltar, possivelmente dos centros produtores da baía gaditana ou norte-africanos ocidentais. Embora os dados disponíveis sobre a epigrafia destes contentores não seja muito abundante, salienta-se o seu carácter bilingue. Surgindo marcas com o nome do fabricante ou negociante do produto em caracteres neo-púnicos, a par de outros em escrita latina, veiculando alguns destes nomes semitas (Ramon Torres, 1995).

O exemplar mais bem conservado apresenta-se incompleto, sendo perceptíveis os caracteres **ASMO**[...]. Embora sejam conhecidas diversas marcas sobre estas ânforas em caracteres

latinos, até ao momento não nos foi possível identificar paralelos para esta marca.

O segundo exemplar corresponde a uma marca, que se encontra muito fragmentada, em caracteres neo-púnicos, sendo apenas possível identificar o signo *-pe-*. Embora o seu estado de conservação não permita grandes ilações, a sua comparação com marcas similares existentes não permite uma identificação categórica do seu significado (compare-se com García Vargas, 1998, Fig. 30, n.º1 e Ramon Torres, 1995, Fig. 222).

O panorama da distribuição das ânforas do tipo Mañá C2b no território actual Português, revisto recentemente (Arruda e Almeida, 1998 e Pimenta, 2005), permite observar a ampla distribuição deste forma. Apresenta uma larga difusão litoral desde o vale do Guadiana ao vale do Rio Mondego, com algumas penetrações para o interior acompanhando as principais vias de entrada naturais. A concentração que a sua distribuição apresenta no Vale do Tejo e baixo Sado não deixa de ser expressiva, explicitando o papel que o grande centro portuário da foz do Tejo deve ter assumido na sua distribuição. Não posso deixar de salientar que o número de ânforas deste tipo identificado no vale do Tejo, nomeadamente na Alcáçova de Santarém – 250 exemplares (Arruda e Almeida, 1998; Arruda, Viegas e Bargão, 2005), Chões de Alpompe – 26 (Diogo e Trindade, 1993-94) e Lisboa – 205, apresenta uma representatividade, que apenas encontra paralelos no extremo ocidente peninsular na distribuição das ânforas vinárias itálicas.

5.- Imitações itálicas.

Ainda que pouco expressivos do ponto de vista quantitativo, identificou-se em Lisboa cerca de trinta e cinco exemplares de ânforas Greco-itálicas e onze Dressel 1 de produção “hispanica”. Estas ânforas documentam uma precoce imitação de modelos exógenos, que se integra numa questão mais vasta que é o da “romanização dos contentores” (Fabião, 1998), entenda-se a alteração dos modelos morfológicos tradicionais no extremo ocidente de influência púnica por os protótipos Itálicos que se integram na família dos exemplares de influência helenística.

Os dados disponíveis permitem definir duas áreas onde as ânforas Greco-itálicas foram fabricadas durante o século II a.C. na península Ibérica. Em Ibiza, onde as ânforas denominadas PE 24 (Ramon Torres, 1991, 118) mais não são do que uma versão local das ânforas Greco-itálicas datadas da primeira metade do século II a.C. E na baía de Cádiz, em San Fernando, onde foram identificados dois centros produtores Torre Alta (Sáez Romero, 2004) e Pery Junquera (Bustamante y Arroyo, 2004), que fabricaram ânforas Greco-itálicas a par com ânforas Mañá C2b,e Tipo 9.1.1.1.

A análise macroscópica das pastas das ânforas deste tipo identificadas na cidade de Lisboa, permitiu identificar cinco grupos de fabrico (Pimenta, 2005), que se afastam claramente dos tipos conhecidos para as produções da

península Itálica. O grupo 1 e 2 são possivelmente de produção na área do estreito de Gibraltar, sendo similares aos fabricos identificados nas ânforas Mañá C2b e T-9.1.1.1. identificados em Lisboa.

No conjunto das imitações Itálicas de produção “hispanica”, encontram-se 12 ânforas Greco-italicas e 2 Dressel 1 (NMI) do Grupo 1 e 2. A sua presença em contextos bem definidos no Castelo de São Jorge, permite atestar a sua precoce exportação para o extremo ocidente em meados da segunda metade do século II a.C.

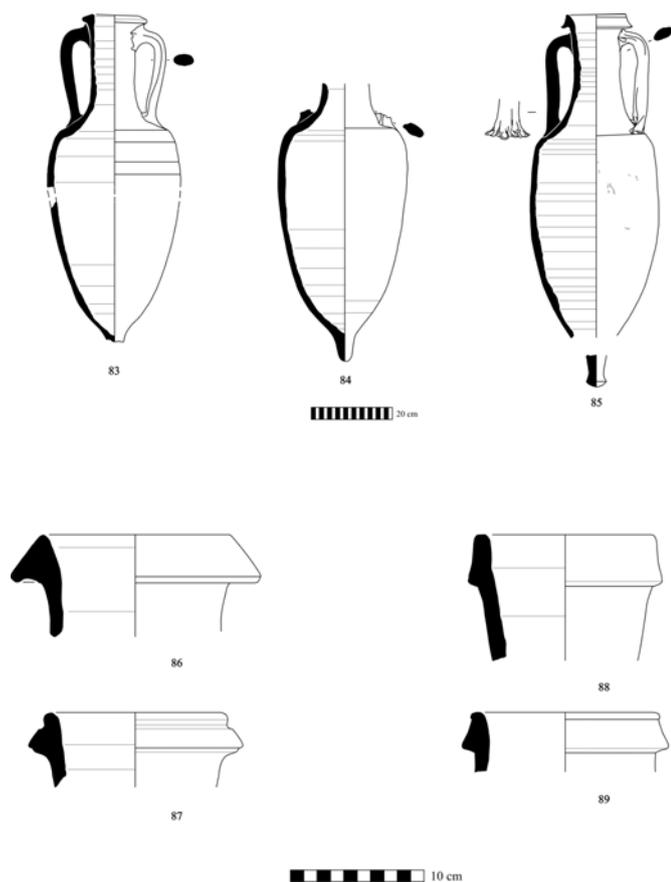


Figura 9.- Ânforas Greco-italicas e Dressel 1 “Gaditanas” (?).

Qual o seu conteúdo, é uma questão que se mantém em aberto, não havendo dados esclarecedores para uma afirmação categórica. Se, para as Greco-italicas ebusitanas, um conteúdo vinícola é plausível, embora não muito claro (Ramon Torres, 1991). Já para as produções sul peninsulares, têm vindo a ser propostos tanto um conteúdo vinícola como um relacionado com os famosos preparados de peixe desta área (Pérez Rivera, 2000). Argumentando-se a favor deste último a existência de uma marca sobre uma Greco-italica de produção Gaditana, onde se observa uma mulher e um peixe (García Vargas, 1998) e a localização geográfica dos centros produtores conhecidos, afigurando-se pouco plausível um conteúdo vinícola para as produções de San Fernando. A

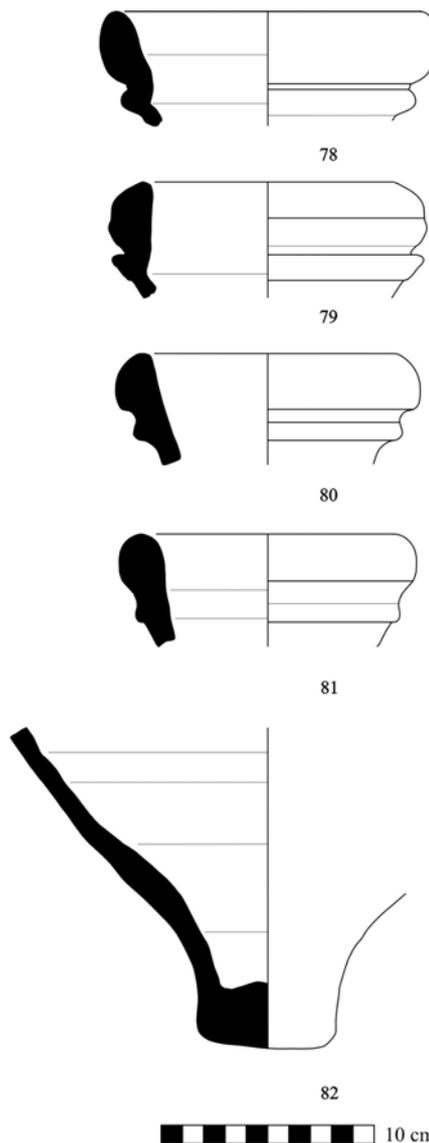


Figura 10.- Ânforas da Classe 67 do Castelo de São Jorge.

recente escavação de uma fábrica de preparados piscícolas tardo-republicana, na cidade de *Baelo Claudia*, veio fornecer novos dados empíricos para esta discussão (Bernal, at alii 2003b). Tendo o estudo dos paleoconteúdos de ânforas greco-italicas de produção hispanica, revelado através da análise da ictiofauna uma utilização destes contentores para o transporte e comercialização de um tipo de salga de peixe.

5.1.- Classe 67.

Os típicos contentores de morfologia ovóide, definidos a partir do estudo das ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Fabião, 1989), encontram-se escassamente representados na cidade de *Olisipo*. Entre os milhares de fragmentos de ânforas identificados no Castelo de São Jorge apenas foi possível classificar com segurança seis fragmentos de bocais e dois fundos deste tipo. Infelizmente estes exemplares provêm de um contexto de deposição secundária,

que em nada ajuda na cronologia do ritmo de comercialização destes contentores.

Entre as restantes intervenções realizadas no casco antigo da cidade, apenas no Claustro da Sé de Lisboa identificaram-se exemplares desta forma. Nesta escavação exumaram-se sete bocais da Classe 67 assim como fragmentos de asas e dois fundos. Na sua maioria estas ânforas, provêm de contextos de aterros de época medieval, no entanto, um exemplar foi exumado num contexto bem definido de finais do século I a.C. surgindo associado a ânforas Dressel 1C Itálicas, Mañá C2b, e Haltern 70.

A proveniência destas ânforas não é consensual, mas, de um modo geral, estão definidas duas zonas produtoras simultâneas, o norte de África (Boube, 1988) e o sul peninsular (Fabião, 1999). A caracterização macroscópica dos exemplares de Lisboa indica uma única área de proveniência, apresentando as características pastas do médio Guadalquivir.

No que diz respeito aos seus conteúdos ainda é grande a indefinição. Inicialmente definidos como contentores de preparados de peixe (Fabião, 1989), recentemente foi proposta a associação esta forma ao transporte de azeite, pelo menos no que respeita à sua produção norte africana (Aranegui Gascó, 2001, 160). Admitindo-se mesmo alguma variabilidade do conteúdo transportado, nomeadamente preparados de peixe, azeite, vinho ou *defrutum* (Fabião, 1999, 405; Molina Vidal, 2000, 638).

6.- Considerações finais.

As excelentes condições portuárias e a localização singular da cidade de *Olisipo* (Lisboa), foram determinantes pelo papel que esta região assumiu desde meados do primeiro milénio a.C. Tendo esta sua implantação estratégica sido aproveitada pelos generais romanos, durante as primeiras campanhas militares no extremo ocidente peninsular, como base de apoio ao abastecimento dos exércitos.

O estudo que tenho vindo a realizar, sobre os contextos de diversas intervenções realizadas na “acrópole” do povoado, a que recentemente se vieram acrescentar novos dados de diversas intervenções na colina e área portuária, permitiram analisar vários milhares de fragmentos de ânforas desta época. O volume das importações detectadas fornece-nos uma base de análise quantitativa bastante fiável, atestando alguns dos produtos indispensáveis para a dieta mediterrânica, com proveniências bem diversas que revelam uma intrincada rede comercial que apenas começamos a antever.

O significado do seu ritmo de importações na primeira fase de contacto com o mundo romano (140-130 a.C.), e do claro domínio das ânforas vinárias Itálicas da costa tirrénica, não pode deixar de se relacionar com o papel que os circuitos institucionais de abastecimento aos exércitos em campanha têm na chegada e distribuição destes contentores. Os dados identificados no Castelo de São Jorge, demonstram

claramente a inexistência de qualquer tradição comercial com o mundo romano anterior a esta fase, indicando uma clara e brusca ruptura com as tradições comerciais do antigo povoado da colina do Castelo.

Os preparados piscícolas (cerca de 23%), assumem um peso importante entre o panorama das importações da cidade em época romana republicana, tendo os abastecimentos ocidentais, da área do Estreito de Gibraltar um papel preponderante diria mesmo dominante. A análise de contextos fechados, bem datados da segunda metade do século II a.C. permite estudar o início da sua comercialização para a fachada atlântica, sendo um dos indicadores mais eloquentes do precoce despertar da *Hispania*. O estudo da estratigrafia da Sé de Lisboa permite vislumbrar o padrão das importações da cidade durante o século I a.C. complementando as leituras estratigráficas do Castelo e atestando a importância das ânforas Mañá C2b na dinâmica comercial do porto de Lisboa durante este período.

O papel que as ânforas do SubGrupo-7.4.3.0., Tipo 9.1.1.1., e Greco-Itálicas “hispanicas” apresentam nos contextos analisados, e a concentração das duas primeiras no vale do Tejo permite-nos indagar acerca do significado da sua comercialização. Sendo plausível que materializem no registo arqueológico a necessidade de assegurar o abastecimento local de determinados produtos ao exército. Não deixa de ser interessante face a esta interpretação, recordar o papel de Gádir durante este período e o seu declarado apoio às tropas romanas, materializado na utilização da sua frota, no fornecimento de dispositivos militares e certamente no abastecimento de produtos alimentares (López Castro, 1994).

Embora os contextos da segunda metade do século I a.C. sejam escassos na cidade de Lisboa, os dados disponíveis permitem salientar, que ainda que em menor escala, assiste-se a uma clara continuidade de importação de ânforas de preparados de peixe sul peninsulares. Estes aliás continuam a chegar à foz do Tejo ao longo do século I d.C., ainda que de uma forma residual (Sabrosa e Bugalhão, 2004).

O despertar das indústrias de preparados de peixe Lusitanas, a partir de meados do século I d.C. e a importância dessa actividade na própria cidade e no estuário do Tejo, leva claramente a uma quebra nas importações das ânforas desses produtos que nunca voltam a atingir a importância que detiveram ao longo deste período.

Bibliografia

- ALARCÃO, A., M.; MAYET, F. (1990): *Les amphores Lusitaniennes Typologie, Production, Commerce*. Actes des Journées d'Etudes tenues à Conimbriga les 13 et 14 octobre 1988, Museu Monográfico de Conimbriga.
- AMARO, C. (1982): “Casa dos Bicos - Notícia histórico arqueológica”, *Arqueologia*, Porto, 6, 96-110.
- AMARO, C. (1993): “Vestígios Materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa”, *Estudos Orientais IV - Os*

- Fenícios no território Português*, Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, 183-192.
- AMARO, C. (2002): "Percurso arqueológico através da Casa dos Bicos", *De Olisipo a Lisboa. A casa dos Bicos*, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos Portugueses, 11-27.
- ARANEGUI GASCÓ, C. (2001): *Lixus Colonia Fenicia y Ciudad Púnico-Mauritana. Anotaciones sobre su ocupacion Medieval*, Saguntum Extra 4, Valência, Universidad.
- ARANEGUI GASCÓ, C. ; KBIRI ALAOUI, M. ; VIVES FERRÁNDIZ, J. (2005): "Alfares y producciones cerámicas en Mauritania Occidental. Balance y perspectivas", *Congreso Internacional Figlinae Baetica. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a. C. – VII d.C)*, Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Cádiz. (12-14 de Noviembre de 2003), BAR Internacional Series 1266, Vol. 1, 363-378.
- ARCELIN, ; TUFFREAU-LIBRE, M. (1998): *La quantification des céramiques Conditions et protocole. Actes de la table ronde du centre archéologique européen do Mont Beuvray* (Glux-en-Glenne, 7-9 abril de 1998), Collection Bibracte. 2.
- ARRUDA, A. M. (2002): *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.*, Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. ; ALMEIDA, R. R. (1998): "As Ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (Campanhas de 1983-1991)", *Conimbriga*, Coimbra, XXXVII, 201-231.
- ARRUDA, A. M. ALMEIDA, R. R. (2000): "Importação e consumo de vinho Bético na colónia romana de Scallabis (Santarém, Portugal)", *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas y vino de la Bética en el Imperio Romano*, Vol. 2, Écija, Editorial Graficas Sol, 703-715.
- ARRUDA, A. M. ; VIEGAS, C. ; BARGÃO, (2005): "As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Vol. 8, Número 1, 279-297.
- ARRUDA, A. M. ; VIEGAS, C. ; BARGÃO, ; PEREIRA, R. (No prelo): "A importação de preparados de peixe no Castelo de Castro Marim: Da Idade do Ferro à Época Romana", *Simpósio Internacional. Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica*, Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, 7 a 9 de Maio de 2004.
- BARROS, L.; HENRIQUES, F. (2002): "A última fase de ocupação do Almaraz", *Actas do 3.º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Almada 20-23 de Fevereiro de 1997, Monografias –Arqueologia, Câmara Municipal de Almada / Divisão de Museus, 97-107.
- BERNAL, D. (2004): "Ánforas de transporte y contenidos. A propósito de la problemática de algunos envases de los ss. II y I a.C.", *Las Industrias Alfareras y conserveras Fenicio-Púnicas de la Bahía de Cádiz*, XVI Encuentros de Historia y Arqueología. Ayuntamiento de San Fernando. Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur. Córdoba, 321-378.
- BERNAL, D.; DÍAZ, J.; EXPÓSITO, J. ; SÁEZ, A. M.; LORENZO, L.; SÁEZ, A. (2003A): *Arqueología y urbanismo. Avance de los hallazgos de época púnica y romana en las obras de la carretera de Camposoto (San Fernando, Cádiz)*, Universidad de Cádiz, Colección Patrimonio Histórico y Cultural de San Fernando.
- BERNAL, D.; ARÉVALO, A.; LORENZO, L.; AGUILERA, L. (2003B): "Imitations of Italic amphorae for fish sauce in Baetica. New evidence from the salt-fish factory of Baelo Claudia (Hispania)", *Actas Rei Cretariae Romanae Favtorum, Acta 38*, International Congress – 2002, American Academy in Rome, 305-313.
- BOUBE, J. (1973-75): "Marques d'amphores découvertes á Sala, Volubilis et Banasa", *Bulletin d'archéologie Marocaine*, Rabat. IX, 163-236.
- BOUBE, J. (1987-1988): "Les amphores de Sala a l'époque Mauretanienne", *Bulletin d'archéologie Marocaine*, Rabat, Tome XVII, 183-207.
- BUGALHÃO, J. (2001): *A indústria romana de transformação e conserva da peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, Trabalhos da Arqueologia, 15.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; ARROYO SÁNCHEZ, M. (2004): "La producción de ánforas greco-italicas de imitación y su evolución en la bahía Gaditana durante el siglo II a.C.: Los contextos de la Avenida Pery Junquera en San Fernando (Cádiz)", *Congreso Internacional Figlinae Baetica. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a. C. – VII d.C)*, Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Cádiz. (12-14 de Noviembre de 2003), BAR Internacional Series 1266, Vol. 2, 441-446.
- CARRETERO POBLETE, A. (2004): "Las producciones cerámicas de ánforas tipo Campamentos Numantinos y su origen en San Fernando (Cádiz). Los Hornos de Pery Junquera", *Congreso Internacional Figlinae Baetica. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a. C. – VII d.C)*, Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Cádiz. (12-14 de Noviembre de 2003), BAR Internacional Series 1266, Vol. 2, 427-440.
- DÍAZ, M. (2000): "Tipocronología de los contextos cerámicos tardo-republicanos en Tarraco", *Empuréis*, Museu d'Arqueologia de Catalunya, Barcelona, N.º 52, 201-260.
- DIOGO, A. M. D. (1993): "Ánforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém)", *Estudos Orientais IV - Os Fenícios no território Português*, Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, 215-227.
- DIOGO, A. M. D. (2000): "As ânforas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Vol. 3, Número 1, 163-179.
- DIOGO, A. M. D. (1990): "Elementos para a caracterização e periodização da economia do Baixo Sado, durante a época romana", *Arqueologia Hoje I, Etno-Arqueologia*, Universidade do Algarve, Faro, 92-107
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1993-94): "Materiais provenientes de Chões de Alpompe (Santarém)", *Conimbriga*, XXXII-XXXIII, 263-281.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1999): "Ánforas e sigillatas tardias (Claras, focenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966/67 do teatro Romano de Lisboa", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Vol. 2, Número 2, 83-95.
- FABIÃO, C. (1989): *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa, UNIARQ / INIC, 162.

- FABIÃO, C. (1998): *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Policopiado.
- FABIÃO, C. (2000): “Sobre as mais antigas ânforas «romanas» da Baetica no ocidente peninsular”, *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas y vino de la Bética en el Imperio Romano*, Vol. 2, Écija. Editorial Graficas Sol, 665-682.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1994): “As ocupações antigas de Mesas do Castelhinho (Almodôvar). Resultados preliminares das campanhas de 1990-92”, *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993) da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 275-290.
- FARIA, A.M. (1999): “Colonização e Municipalização nas províncias Hispano-Romanas: Reanálise de alguns casos polémicos”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Vol. 2, Número 2, 29-50.
- FRUTOS, G.; CHIC, G.; BERRIATUA, N. (1988): “Las ánforas de la factoria preromana de Salazones de Las Redes (Puerto de Santa Maria, Cádiz)”, *Actas do 1.º Congresso Peninsular de História Antiga*, Vol. 1, Santiago de Compostela, 295-306.
- FRUTOS REYES, G.; MUÑOZ VICENTE, A. (1994): “Hornos púnicos de Torre Alta (San Fernando, Cádiz)”, *Actas del encuentro internacional de Arqueología del suroeste, Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*, 393-414
- GARCÍA VARGAS, E. (1998): *La Producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana (Siglos II A.C. – IV D.C.)*, Ecija, Editorial Graficas Sol.
- GARCÍA VARGAS, E. (2000): “La producción de ánforas Romanas en el sur de Hispania. República y alto Imperio”, *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas y vino de la Bética en el Imperio Romano*, Vol. 1, Écija, Editorial Graficas Sol, 57-174.
- GASPAR, A.; GOMES, A.; PIMENTA, J. ; VALONGO, A.; MENDES, H.; GUERRA, S.;; RIBEIRO, S. ; PINTO, (NO PRELO): “Intervenção arqueológica no edifício do Grupo Desportivo do Castelo de São Jorge (Lisboa)”, Apresentado ao IV Congresso de Arqueologia Peninsular. 14 a 19 de Setembro de 2004, Faro, Universidade do Algarve.
- GOMES, A.; GASPAR, A.; PIMENTA, J. ; GUERRA, S.; MENDES, H.; RIBEIRO, S. ; VALONGO, A.; PINTO, (2003): “Castelo de São Jorge – Balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos”, *Património estudos*, 4, Instituto Português do Património Arquitectónico, 214-223.
- GUERRERO AYUSO, V. M. (1986): “Una aportación al estudio de las ánforas púnicas Maña C”, *Archaeonautica*, 6, Paris, Éditions du centre National de la Recherche Scientifique, 147-196.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L.(1996): “Explotación del salazón en la Bahía de Cádiz en la antigüedad: Aportación al conocimiento de su evolución a través de la producción de las ánforas Maña C”, *Florentia Iliberritana*, II 7, 141-169.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001): *La producción de Salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.)*, Col.lecció Instrumenta. 11, Barcelona.
- LAMBOGLIA, N. (1955): “Sulla cronologia delle anfore Romane di Etá repubblicane (II-I Secolo A. C.)”, *Rivista di Studi Liguri*, Museo Bicknell. Bordighera, 22, 241-270.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (1994): *Hispania Poena, Los fenicios en la Hispania Romana*, Barcelona, Crítica /Arqueología.
- MANTAS, V. G. (1990): “As cidades marítimas da Lusitânia”, *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires, Table ronde internationale du CNRS*, Talence – 1988. Paris, CNRS, Collection de la Maison des Pays Ibériques, 42, 149-205.
- MOLINA VIDAL, J. (1997): *La Dinámica Comercial Romana entre Italia e Hispania Citerior*, Universidad de Alicante, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 353.
- MOLINA VIDAL, J. (2000): “Las primeras exportaciones Béticas en el Mediterráneo Occidental”, *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae* (Ecija 1998), vol II, 637-645.
- MUÑOZ VICENTE, A. ; FRUTOS REYES, G. (2004): “El comercio de las salazones en época fenicio-púnica en la Bahía de Cádiz. Estado actual de las investigaciones: Los registros arqueológicos”, *Las Industrias Alfareras y conserveras Fenicio-Púnicas de la Bahía de Cádiz*, XVI Encuentros de Historia y Arqueología, Ayuntamiento de San Fernando, Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur. Córdoba, 131-167.
- PASCUAL BERLANGA, G.; RIBERA I LACOMBA, A. (2000): “El consumo de productos Béticos en Valentia y su entorno: La continuidad de una larga tradición”, *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae*, Conservas y vino de la Bética en el Imperio Romano, Vol. 1, Écija. Editorial Gráficas Sol, 57-174.
- PEACOCK, D. S. ; WILLIAMS, D. F. (1987): *Amphorae and the Roman Economy. An introductory guide*, London, Longman Publications.
- PÉREZ RIVERA, J. M. (2000): “Las imitaciones de ánforas Grecoitalicas e Itálicas en el sur de la Península Ibérica”, *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas y vino de la Bética en el Imperio Romano*, Vol. 1, Écija, Editorial Gráficas Sol, 227-238.
- PIMENTA, J. (2003): “Contribuição para o estudo das ânforas do Castelo de São Jorge (Lisboa)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Vol. 6, Número 2, 341-362.
- PIMENTA, J. (2005): *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, Trabalhos de Arqueologia, 41.
- PIMENTA, J. ; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005): “Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. As ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Vol. 8, Número 2,
- RAMON TORRES, J. (1991): *Las ánforas púnicas de Ibiza*. Ibiza, Museo Arqueológico.
- RAMON TORRES, J. (1995): *Las Ánforas Fenicio-Púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*, Col.Lecció Instrumenta, 2, Barcelona.
- RAMON TORRES, J. (2004): “La Producción anfórica Gaditana en época Fenicio-Púnica”, *Las Industrias Alfareras y conserveras Fenicio-Púnicas de la Bahía de Cádiz*, XVI Encuentros de Historia y Arqueología. Ayuntamiento de San Fernando. Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur. Córdoba, 63-100.
- RIBERA I LACOMBA, A. (1998): *La fundació de Valencia. La ciutat a l'època romanarepublicana (Segles II-I a. De C.)*, Estudios Universitario, 71, Valencia.

- SABROSA, A.; BUGALHÃO, J. (2004): “As ânforas béticas do núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa”, *Congresso Internacional Figlinae Baetica. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a. C. – VII d.C)*, Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Cádiz. (12-14 de Noviembre de 2003), BAR Internacional Series 1266, Vol. 2, 571-586.
- SÁEZ ROMERO, A. M. (2004): “El alfar Tardopúnico de Torre Alta. Resultados de las excavaciones de 2002-2003”, *Congreso Internacional Figlinae Baetica. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a. C. – VII d.C)*, Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Cádiz. (12-14 de Noviembre de 2003), BAR Internacional Series 1266, Vol. 2, 699-711.
- SANMARTÍ GRECO, E. (1985): “Sobre um nuevo tipo de ânfora de época Republicano de origem presumivelmente hispánico”, *Ceràmiques greques i helenístiques a la Ibérica*, Empuries, 18- 20 març 1983, 133-142.
- SILVA, R. B. DA (1999): “Urbanismo de *Olisipo*: A zona ribeirinha”, *Actas do II colóquio temático Lisboa Ribeirinha*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 43-67.
- SILVA, V. (1944): *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a história da Lisboa Romana)*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.